



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



SIRLEI TEREZINHA FERNANDES LUZ

SOU CRIANÇA RESPEITE MINHA INFÂNCIA

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção
ao título de Especialista em Gestão e Processos em
Educação, Diversidade e Inclusão, Setor Litoral da
Universidade Federal do Paraná

Orientador: Profª Danielle Marafon

MATINHOS
2013

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SECADI
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM GESTÃO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS
PARA A DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

SOU CRIANÇA RESPEITE MINHA INFÂNCIA

SIRLEI TEREZINHA FERNANDES LUZ ,

RESUMO: Este artigo tem por finalidade, demonstrar por meio de um relato de experiência os resultados obtidos, após a intervenção proposta pelo Grupo de Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, constituído por docentes da UFPR Setor Litoral em parceria com a secretaria Municipal de Educação de Itaperuçu, especificamente no módulo intitulado “Gestão e Processos de Educação da Infância”, com a proposta de problematizar as questões referentes à infância e a educação infantil com professores da rede pública e privada do Município de Itaperuçu. Este trabalho apresenta questões consideradas relevantes que foram discutidas e (re)pensadas referente à criança e a sua infância, bem como os pressupostos que norteiam a Educação Infantil. A intenção primordial foi abordar as práticas pedagógicas adotadas na educação infantil. Para isso nossa discussão se deu a partir de práticas de ensino consideradas relevantes, pelos docentes participantes do curso. Além disso, pretende-se abordar em que condições, ou seja, quais momentos históricos tais práticas pedagógicas foram desenvolvidas. Apresentamos um diagnóstico sobre a história da educação infantil no Brasil e as práticas pedagógicas utilizadas pelas cursistas. Os resultados obtidos por meio dessa pesquisa permitiram verificar que algumas tendências pedagógicas, apesar de ultrapassadas, perduram até hoje.

PALAVRAS-CHAVE: INFÂNCIA; PRÁTICAS PEDAGÓGICAS; EDUCAÇÃO INFANTIL

O referido trabalho é resultado do curso sobre gestão e diversidade promovido pelos professores da UFPR setor Litoral, com tutores e professores da rede privada e Municipal de Itaperuçu, onde foram todos protagonistas, a participação coletiva de cada um foi fundamental para que a proposta de reflexão sobre a infância tivesse êxito, deste modo a intenção, no presente texto é registrar aspectos importantes referente a essas discussões sobre: Diretrizes da Educação Infantil, Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Referencial Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), com a intenção de diagnosticar o cotidiano da sala de aula da

educação infantil, para compreender a trajetória da infância para compreender e entender a infância na sociedade contemporânea, e assim estabelecer subsídios para uma estreita relação entre a teoria e a prática na Educação Infantil.

Nesses termos é necessário entender o conceito de infância, para Ferreira:

Existe uma série de elementos que definem e caracterizam a infância, é preciso ter um olhar que a formação do sujeito resulta de diferentes contextos históricos e sociais. Encontramos a definição de infância da seguinte forma "sf.1. Etapa da vida humana que vai do nascimento a puberdade; meninice. (2008,p.476)

De acordo com a definição é possível compreender que a infância, pode ser entendida em seus aspectos, históricos, sociais, biológicos e da psicologia. Atualmente fala-se que a infância é respeitada em todos os seus aspectos, porém observa-se que tanto na família e na escola as crianças são privadas e pouco instigadas para conhecer-se enquanto criança e explorar o mundo que a cerca.

FALANDO UM POUCO SOBRE INFÂNCIA

Para abordar a questão da infância foi proposto as cursistas que ilustrassem e relatassem sua infância, esse momento tornou-se muito significativo, levando o grupo a repensar a importância de compreender o que é infância, para contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da infantil. Segundo Aires (1981) em sua obra intitulado *História Social da Criança e da Família*, o autor aponta o surgimento da noção de infância, como período de vida distinta da idade adulta a partir do século XVII, decorrente das transformações que começaram na transição para a sociedade moderna. Vários autores contestam essa idéia e passam a discutir a infância e a existência social da criança, dentro de espaços sociais como a família e da escola. Aires (1981),salienta que a infância, antes da modernidade, era considerada como a idade daquele que não detêm a palavra ,aquele que não fala ,sugere em contraposição ao adulto como sendo a idade da ausência de razão.

Em 1990, foi aprovada a Lei 8.069/90 que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que veio fortalecer o que está posto na Constituição, ou seja, reconhece a criança como sujeito singular ,com necessidades e direitos diferenciados

,que precisam ser respeitados e assegurados.

As leis são elaboradas, porém, muitas delas estão somente no papel, pois na realidade não são colocadas em prática, a criança não é vista como sujeito que precisa atuar no mundo que o cerca e sim como aquela que deve respeitar as regras impostas pelo adulto e não tem a liberdade de expressar seus sentimentos e desejos, ou seja um sujeito sem autonomia. Ainda na discussão da Lei, podemos verificar.

Outro marco que orienta a Educação Infantil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996, com a aprovação dessa lei, a Educação Básica. Assim ela deixou de ser responsabilidade das secretarias de assistência social o qual tinha como papel cuidar de maneira assistencialista, no entanto a secretária de Educação passa a ter o compromisso de desenvolver ações pedagógicas que desenvolvam a formação integral da criança e ao mesmo tempo garantir os aspectos no sentido de cuidar e educar. (Brasil, 1996).

De acordo com depoimento das cursistas, é possível observar que os pais devido à grande imersão no trabalho deixam de ter tempo para ouvir e acompanhar a vida escolar dos filhos deixando a responsabilidade exclusivamente para a escola. Nesta perspectiva é preciso repensar numa prática pedagógica de qualidade, que respeito o limite e os conhecimentos prévios dessa criança.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

De acordo com Ostetto (2001) autora que aponta questionamentos sobre as práticas na educação infantil, discorre sobre diferentes momentos históricos apresentando as tendências pedagógicas utilizadas pelos docentes, podemos citar a prática pedagógica tecnicista, este método de ensino marcou a educação durante o período militar, o que causou algumas divergências entre os educadores, pois “O professor passa a ter que dominar as técnicas e então basta saber ligar e desligar botões para ensinar. O processo é mecânico. Basta saber repetir, copiar modelos, executar ordens e está pronto para o mercado de trabalho”. Percebemos que o tecnicismo pressupõe um ensino mecânico, conseqüentemente, o aluno torna-se um repetidor de modelos.

Uma técnica interessante na educação infantil são as rodas de conversa, é um recurso utilizado para os alunos confrontarem idéias, diferentes pontos de vista. Entretanto, discutir e debater não são tarefas fáceis, não basta que o aluno exprima-se e

diga o que sente, é necessário conhecimento crítico para que ele progrida e avance sozinho. Para que ocorra um debate é necessário que os participantes já tenham um conhecimento, informações novas e experiências.

Sabemos que é na Educação Infantil que a criança adquire os primeiros preparos para o convívio social, tem as primeiras noções de valores morais e também, através de atividades apropriadas, aprimora suas capacidades cognitivas e motoras. Para atender as diversas necessidades das crianças ,aos seus níveis de aprendizagem é importante atentar para o que sugerem os Referenciais Curriculares para a Educação Infântil (1998) o que organiza a mesma por idades(o á 3anos e 4 á 6 anos) dividindo por eixos os quais são: a Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo,os quais são constituídos pelos seguintes eixos: identidade e autonomia, movimento , artes visuais, música, linguagem oral e escrita , natureza e sociedade , matemática,questões que devem estar presentes nas propostas pedagógicas. Porém não restringindo-se somente a estes eixos ,possibilitando condições para demais aspectos ou seja linguagens a serem desenvolvidas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil instituída em 07 de abril de 1999 em seu artigo 3º determina:

II – As instituições de Educação Infantil ao definir suas Propostas Pedagógicas deverão explicitar o reconhecimento da importância da identidade pessoal de alunos,suas famílias, professores e outros profissionais,e a identidade de cada Unidade Educacional,nos vários contextos em que se situem.

III – As Instituições de Educação Infantil devem promover em suas propostas pedagógicas práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre aspectos físicos,emocionais,afetivos,cognitivo/linguísticos e sociais da criança,entendendo que ela é um ser completo,total e indivisível.

É fundamental, então, pensar na necessidade do bom preparo do professor para que desenvolva atividades adequadas a esta faixa etária das crianças. É necessário repensar a prática educativa das escolas onde, comumente, são designada necessidade do bom preparo do professor para que desenvolva atividades adequadas a esta faixa etária das crianças. É necessário repensar a prática educativa das escolas onde, comumente, são designados os professores menos preparados e menos comprometidos para trabalhar com a Educação Infantil, já que é uma fase escolar que não possui

obrigatoriedade legislativa, sem precisar apresentar resultados quanto ao desempenho do aluno, ou seja, muitos professores preferem a Educação Infantil "por não haver cobranças e não precisar apresentar resultados".

No outro extremo estão práticas pedagógicas que idealizam a criança, considerando que ela tudo pode e tudo sabe. Segundo essa concepção, a criança é protagonista, e o professor não deve interferir no processo de aprendizagem. Não se valorizam as aprendizagens específicas e de conteúdos. Assim, observa-se a mesma limitação da outra prática, ou seja, não se atua no potencial de aprendizagem da criança..

A escola deve buscar educadores competentes nas suas ações, onde ele possa estar sempre mudando sua prática de ensino para o benefício de uma educação que venha trazer resultados positivos para população. (GADOTTI, 2003).

O processo de formação dos educadores hoje é algo de grande desafio para construção e reconstrução de uma nova prática pedagógica na escola, através de programas que venha viabilizar uma análise sobre o papel do professor diante sua postura em sala de aula. (PINTO, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No entanto a realidade que difere esses aspectos não condiz ,pois as crianças de Itaperuçu não são contempladas com uma educação que garante esses direitos a escola devido á inúmeros fatores que impedem de realizar um trabalho de qualidade sejam estes: transição de Gestão Municipal ,falta de profissionais qualificados, estrutura física e a cidade é vista como dormitório pois os pais deslocam-se para Curitiba durante o dia retornando somente a noite ficando completamente alheios a vida escolar dos filhos, participando parcialmente restringindo-se com a presença em alguma reunião bimestral. De acordo com os relatos e diagnóstico realizado observou-se que as instituições procuram respeitar esses momento tão significativo que é a infância porém não de maneira que contempla as necessidades da criança. Após a análise deste conteúdo, percebemos que a prática educacional não é um processo acabado, com um começo específico e um fim já determinado.



Não se pode falar em infância sem antes compreender o contexto que o sujeito está inserido. Toda infância tem uma história podemos dizer que qualquer história pode ser histórica e implica na construção de narrativas. Sandra Lara

A educação está em constante mudança, na escola tradicional os educadores agiam de uma maneira, na "escola nova" era outra forma de agir, na escola tecnicista também houve mudanças e talvez seja a que mais foi criticada. Entretanto, devemos estar conscientes que todo processo muda com o tempo e com a escola não seria diferente; todas essas técnicas de ensino foram e são utilizadas em momentos pertinentes: elas podem auxiliar o educador e o importante é saber distinguir os prós e contras, excluir os aspectos negativos e filtrar os aspectos positivos de cada técnica para pôr em ação na medida em que for possível.



Pelo exposto, vimos que a atual Constituição Federal é liberal no aspecto relacionado à educação e, em particular, a Educação Infantil. Entretanto, é necessário que a sociedade se mobilize cada vez mais no sentido de tornar esse arcabouço jurídico mais efe-

tivo permitindo, finalmente, que a educação seja um verdadeiro e eficaz instrumento de justiça e inclusão social.

As práticas pedagógicas nesse campo se constituem como um conjunto de ações. As ações se remetem a possibilidade de aprendizagem, na trocas de experiências formou-se uma rede onde muitas vozes ecoaram, promovendo constantes processos de aprendizagem sendo estas significativas para o desenvolvimento da criança..



***'A criança deve ser pensada na sua totalidade, pois se encontram em um momento único da vida tão importante quanto todas as outras fases, e não deve ser submetida a atividades que visem simplesmente prepará-la para o futuro mas sim para a vida no tempo presente.'* Nerilda Stresser**

Um dos grandes equívocos presentes na educação infantil é a idéia de preparação: de preparar precocemente, alfabetizar a criança, ensinar elementos relacionados a língua ou a matemática como se fossem os mais importantes. As áreas do conhecimento em sua essência, devem ser trabalhadas com seriedade e organização. Analisar a história da Educação Infantil é perceber que embora tenhamos avançado nas questões referente a educação tem um longo percurso pela frente. As políticas públicas existem, porém falta colocá-las em prática em que todos os envolvidos sejam estes gestores federais, municipais, educadores e comunidade comprometam-se fazendo a sua parte e juntos busquem melhorias para a educação focando no elemento principal que é a criança. Outro fator importante é estabelecer parcerias que visem contribuir e fortalecer a rede para garantir direitos e estabelecer metas que sejam possíveis para avançar no processo de educar. Esse processo de parceria entre municípios e UFPR-Litoral possibilitou que a partir de diagnósticos tutoras e cursistas em conjunto pudessem planejar uma prática

pedagógica que seja coerente e desafiadora, afim de estimular novas aprendizagens de acordo com as determinações legislativas. Levando as cursistas a compreender a importância de estar atualizadas, conhecer os caminhos a serem percorridos para garantir uma educação de qualidade. Que é preciso ir além da sala de aula, que o processo é contínuo e necessário.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. 7ª edição. São Paulo: Ática

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2010.

VIGOTSKY, L. S. Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994

VYGOYSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV. A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . 7ª ed. São Paulo: EPU, 2001, p. 119-142.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei 8069 de 13 de julho 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, 1998.
